

Fernando Tadeu de Miranda Borges
Maria Adenir Peraro
(Organizadores)

Brasil e Paraguai
Uma releitura da guerra

Apoio

FAPEMAT
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso



Cuiabá

ENTRELINHAS EDITORA

EdUFMT

EDITORA

Maria Teresa Carrión Carracedo

COORDENADOR

Marinaldo Divino Ribeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Ricardo Miguel Carrión Carracedo

REVISÃO ORTOGRÁFICA E NORMALIZAÇÃO

Vânia Siqueira de Lacerda

DESIGN GRÁFICO

Helton Bastos

PAGINAÇÃO

Robinson Marcelo Borborema

ASSISTENTE NA EDIÇÃO

Walter Galvão

© 2012. Borges, Fernando Tadeu de
Miranda; Peraro, Maria Adenir (Orgs.)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasil e Paraguai : uma releitura da guerra / Fernando Tadeu de
Miranda Borges, Maria Adenir Peraro (Organizadores) . -- Cuiabá,
MT : Entrelinhas : EdUFMT, 2012.

Vários autores. Bibliografia.

ISBN 978-85-7992-027-1 (Entrelinhas)

ISBN 978-85-327-0453-5 (EdUFMT)

1. Brasil - História - Guerra do Paraguai, 1864-1870 2. Guerra do
Paraguai, 1864-1870 3. Mato Grosso - História I. Borges,
Fernando Tadeu de Miranda. II. Peraro, Maria Adenir.

12-08801

CDD-981.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Guerra do Paraguai : Influência : Mato
Grosso : História regional 981.72

ILUSTRAÇÃO DA CAPA E FOLHA DE ROSTO

Campo de batalha no Paraguai, durante a guerra. Por
Janet-Lange e Cosson-Smeeton após esboço de Paranhos.
Publicado em L'Illustration, Journal Universel, Paris, 1868.

Antonio Abrignani | shutterstock

Entrelinhas Editora

Av. Senador Metello, 3.773

Jardim Cuiabá | Cuiabá-MT – CEP: 78030-005

Tel.: (65) 3624 5294 | (65) 3624 8711

e-mail: editora@entrelinhaseditora.com.br

www.entrelinhaseditora.com.br

Editora da UFMT (EdUFMT)

Av. Fernando Corrêa da Costa, 2.367

Boa Esperança | Cuiabá-MT – CEP: 78060-900

Fone: (65) 3616 8322 | Fax: (65) 3615 8325

Prefácio

A Guerra do Paraguai provocou e ainda provoca instigantes debates. Ela é também tida como fator de alterações históricas em cada país participante do conflito.

Na Argentina, ajudou a cimentar a união entre Buenos Aires e o interior. Entre Bartolomé Mitre e o chefe interiorano, Justo José de Urquiza, que se uniram em torno da nacionalidade no momento do conflito.

No Uruguai, a luta entre os partidos Blanco e Colorado teve sua culminância nos momentos anteriores à Guerra. De um lado, os Blancos defendendo princípios Conservadores e do outro os Colorados na defesa de ações Liberais. Posturas política e econômica que pulam fronteiras e atingem também os países vizinhos.

No Brasil, é comum aceitar que o conflito ajudou na formação do Exército nacional e, mais tarde, até mesmo no surgir do modelo republicano de governo. No Paraguai, a Guerra moldou a vida daquele país para sempre.

No momento da Guerra Fria, o conflito do Prata foi motivo de aceso debate quando se arguia que ele ocorreu por instigação dos ingleses. Que a Inglaterra assim atuou para destruir o modelo de desenvolvimento autônomo que se criava no Paraguai. Isso contrariava interesses do capitalismo inglês e que três países foram manipulados para destruir aquele perigoso país sul americano.

Ela tem também influência na história de Mato Grosso. Este livro, em diferentes tópicos, traz informações e estudos preciosos sobre essa ligação do estado com os eventos envolvendo aquele acontecimento regional. No

comércio pelo rio, na comida, na música, na etnia, quase sempre há um dado que talvez tenha ajudado a moldar parte do comportamento regional.

Os fatos mostram que, por ser limítrofe com o Paraguai e por dividir interesses de navegação no rio do mesmo nome do país guarani, Mato Grosso tem parte de sua história ligada àquele evento político e militar que movimentou os países do Prata.

O vapor Marquês de Olinda, como exemplo, apreendido pelo governo paraguaio em 11 de novembro de 1864, vinha para Mato Grosso e trazia o presidente da Província. Acontecimento que é tido como o início concreto da hostilidade entre o Paraguai e o Brasil. O problema de navegação no rio rumo à distante Província no oeste do Brasil era um dos motivos de queixas e acrimônias dos paraguaios com o vizinho.

O primeiro ataque ao Brasil das forças de Solano Lopez foi em Mato Grosso. Uma corrente de interpretação diz que ele assim agiu porque supunha haver armas e outros meios militares que o Brasil utilizaria num ataque aos paraguaios. Tem uma carta de Edward Thornton, representante inglês em Buenos Aires, para o Foreign Office em Londres, de nove de dezembro de 1864, que traz uma versão diferente.

Diz Thornton que Solano Lopez atacou Mato Grosso “com a esperança de ficar numa posição melhor para concluir o Tratado de Limites com o Brasil, um assunto que tem preocupado fortemente o governo Paraguai por muitos anos”¹. Segundo a diplomacia inglesa, a intenção daquele governo seria a de estar numa posição confortável para discutir com o Império as queixas paraguaias, que vinham desde Carlos Antônio Lopez, sobre a fronteira entre os dois países.

A invasão de Mato Grosso por forças paraguaias, seja nesta ou em outra interpretação, é um acontecimento que provocou alterações na história regional. Daí a importância desta publicação. Trazer novas abordagens e documentos que mostram como foi forte a influência daquele conflito na história do estado. Estudo como este talvez possa influenciar e até mesmo modificar análises e interpretações hoje existentes em livros escolares no estado sobre Mato Grosso e a Guerra.

1 British Documents on Foreign Affairs, River Plate, 1849-1912. Documento 76.

É uma publicação que deve provocar ainda mais debates sobre o conflito em que se envolveram o Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai entre 1864-1870. Os mesmos países do Prata que hoje estão unidos no Mercado Comum do Sul ou Mercosul. Talvez como resposta positiva a uma guerra destrutiva e polêmica.

Alfredo da Mota Menezes

Doutor em História da América Latina pela
Tulane University, EUA. Professor titular da UFMT.



Apresentação



ASSON. PUBL. 1864

A denominação mais coerente para abordar um conflito de 148 anos atrás – Guerra da Tríplice Aliança? Guerra do Paraguai? Guerra com o Paraguai? Grande Guerra? – permanece a desafiar a nossa imaginação, e foi um dos pontos que levou a busca por uma releitura da Guerra, Brasil e Paraguai, no século XIX.

Com relação à denominação mais coerente, cabe observar tratar-se de uma questão complexa, dado o fato de comungarmos com Thompson¹, de que:

Os modos de escrever a história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão veementemente contestadas dentro da profissão, que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar.

E, ainda de acordo com Thompson, pelo fato do conhecimento na história ser de natureza “provisória”, “incompleta” e “limitada”, isto, “[...] pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só ‘verdadeiro’ dentro do campo assim definido.”²

1 THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros* – uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 48-49.

2 *Ibidem*, p. 48-49.

Assim sendo, há que observar nos textos referentes a esses episódios o seguinte: estes trazem e refletem as denominações que a Guerra recebeu durante o evento e nos anos posteriores; apresentam aspectos comuns nas facetas da própria trajetória da historiografia nacional e internacional. Essas afirmações podem ser confirmadas em muitos seminários, discussões e pesquisas publicadas.

Dentre tantas formas de escritas a respeito daquela Guerra, poderíamos citar uma infinidade de livros que reuniram historiadores que se debruçaram por completo sobre o mesmo tema, com o espírito de trazer melhor compreensão desse acontecimento. Vale lembrar que discutir essa Guerra a partir de fontes manuscritas, impressas e iconográficas foi – e é – o principal propósito dos mais renomados estudiosos.

Contudo, vale ressaltar que o propósito desta apresentação não é o de efetuar uma revisão bibliográfica, tarefa dos autores do presente livro, e sim tão somente a de convidar – você leitor, você leitora – a uma releitura sobre a Guerra, tendo em vista a ampliação das perspectivas de análise, a partir das diferentes opções teóricas e metodológicas. Dos diferentes enfoques surgem oportunas indagações.

Um olhar apurado sobre o conteúdo dos artigos aqui reunidos permite-nos observar que traz à tona interpretações que continuam se mantendo vivas e atuais, e de certa forma ainda pouco divulgadas no presente.

Na primeira parte, *Guerra da Tríplice Aliança*, são discutidos os seguintes assuntos: os desdobramentos dos impactos da Guerra sobre a Igreja Católica do Paraguai; a presença de grupos indígenas do Pantanal brasileiro na Guerra; e as imagens sobre o Brasil e a Guerra a partir das obras de Alfredo d' Escagnolle Taunay.

Ignácio Telesca, em *La Guerra contra La Triple Alianza y después: continuidades y rupturas en la Iglesia paraguaya*, analisa os impactos da Guerra no Paraguai a partir da perspectiva da reorganização da instituição eclesíástica em que foi fundamental a inclusão de curas estrangeiros para dar continuidade à permanência da subordinação da Igreja ao Estado e à manutenção da religiosidade popular entre a população sobrevivente.

Em *Índios en la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870)*, Maria de Fátima Costa discute, mediante a utilização de fontes impressas e manuscritas, a participação na guerra dos grupos indígenas do Pantanal brasileiro, com enfoque para os grupos indígenas recrutados da parte do Império do Brasil, a exemplo dos Mbayá-Guaikurú que realizaram a resistência durante os

primeiros anos da citada guerra e os Txané-Guaná, atuantes mediante a tática de guerrilhas contra os paraguaios.

Olga Maria Castrillon Mendes, em *Taunay e a Guerra da Tríplice Aliança: entre o olhar ético e o estético*, analisa a trajetória de um jovem de família de elite brasileira, em viagens pelo interior do Brasil como ajudante da Comissão de Engenheiros junto às forças militares destinadas a Mato Grosso nos *fronts* de batalhas, durante a campanha da Guerra, resultando daí a recriação e imagens sobre o Brasil e a Guerra.

Quanto à segunda parte, *Guerra do Paraguai*, nela podem ser encontradas pesquisas sobre: a implantação da Fábrica de Pólvora do Coxipó, em Cuiabá, nos períodos de vigência da Guerra e nos anos posteriores ao encerramento desse conflito; a situação de cidades mato-grossenses como Vila Maria do Paraguai, diante da ameaça da invasão inimiga e de medidas preventivas tomadas por parte das Câmaras Municipais; a problemática do abastecimento de gêneros e as dificuldades enfrentadas durante a Guerra, por parte dos combatentes do Exército e da Marinha brasileiros, como por exemplos fome e doenças; os discursos de ideólogos positivistas e suas repercussões sobre estudos revisionistas da Guerra e a análise de teses médicas da segunda metade do século XIX em relação ao serviço médico prestado ao Asilo dos Inválidos da Pátria, na capital do Império.

Ednilson Albino de Carvalho, em *A Fábrica de Pólvora do Coxipó: processos de construção e produção*, embasado em relatórios e correspondências de presidentes de província e de diretores da Fábrica de Pólvora com o Ministério da Guerra, recupera informações inéditas sobre esse empreendimento construído na capital da província de Mato Grosso. Com paciência, o autor soube retirar das fontes manuscritas dados importantes sobre o processo de instalação e de produção da fábrica e das famílias que lá viveram entre os anos de 1864 a 1906.

Em *Raça, Guerra e Civilização na Pax Positivista*, Francisco Alambert demonstra com maestria que as polêmicas sobre o significado da Guerra do Paraguai continuaram no século XX, mas de forma restrita “a aspectos do evangelho positivista”, não tendo sido “necessário buscar opositores no exterior, pois já havíamos produzido, passados os anos do conflito e posta em marcha a causa republicana, nossa própria safra de críticos à postura brasileira”.

Maria Aparecida Borges de Barros Rocha, em *A Guerra do Paraguai, a epidemia de varíola e os Testamentos Oitocentistas*, discute como a popula-

ção de Cuiabá reagiu com atitudes diferenciadas diante das mortes trazidas no decorrer do conflito.

Em *Guerra do Paraguai e navegação fluvial em Vila Maria do Paraguai*, Maria de Lourdes Fanaia Castrillon mapeia a situação de algumas cidades da província de Mato Grosso, como Vila Maria do Paraguai, frente à ameaça de possível invasão das forças militares paraguaias e algumas das medidas preventivas que foram tomadas por parte das Câmaras Municipais.

Maria Teresa Garritano Dourado, em *A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades*, ao fazer uso de vasta documentação, como as memórias de combatentes, livros de entrada e saída dos hospitais e enfermarias dos acampamentos, ordens do dia, relatórios de presidentes, discursos, narrativas, correspondências de particulares e oficiais localizadas em arquivos públicos e particulares, aborda a problemática do abastecimento de gêneros e as dificuldades decorrentes, levando à morte homens e animais, quando da falta que provocavam os produtos para os combatentes do Exército e da Marinha.

Em *O serviço médico-cirúrgico, os “Inválidos da Pátria” e o “Asilo dos Inválidos da Pátria”: algumas esquecidas e importantes consequências da “Guerra do Paraguai”*, Marcelo Augusto Moraes Gomes percorre, mediante documentação manuscrita inédita, o interior do citado Asilo, apresentando-nos os instrumentos cirúrgicos utilizados para dar conta dos mais diversos infortúnios ferimentos a que foram submetidos os militares em campos de batalha e algumas das teses médicas publicadas no século XIX.

Já na terceira parte, *Guerra com o Paraguai*, encontram-se temas relacionados ao papel do historiador diante de projetos governamentais que visam a implantação do Museu da Guerra e a rota da trilha da Retirada da Laguna, em Mato Grosso do Sul; aspectos gerais com respeito ao recrutamento militar na província de Mato Grosso; espionagens, contraespionagens e diplomacia diplomática durante a ocupação de Assunção e a construção do nacionalismo no Império Brasileiro durante o período do conflito bélico vivenciado.

Aluísio Gonçalves de Farias, em *O Batalhão 21 de Infantaria em Cuiabá e sua atuação nos anos posteriores à Guerra com o Paraguai – 1867 a 1889* lança mão do recurso da rica iconografia produzida durante a guerra para abordar a representação dos soldados e comandantes durante a estadia em acampamentos de grupos militares, com destaque para a presença de armas, uniformes, fardamento, barracas e identificação de pessoas de etnia negra usando fardas de voluntários da pátria, resultante da Lei do Voluntarismo.

Em *A Retirada da Laguna: nas trilhas da memória e do turismo cultural*, Carlos Martins Júnior discute a proposta de criação da Trilha Retirada de Laguna pelo governo de Mato Grosso do Sul com o objetivo de trazer visitantes para conhecer a história de um evento que marcou a relação conflituosa entre Brasil e Paraguai. Para o autor: “a História e o Turismo precisam estar unidos para organizar todo um sistema de significados para coisas que devem legar prazer aos visitantes.”

Eula Wojciechowski, em *Recrutar, disciplinar e moralizar: os soldados na Província de Mato Grosso (1850-1864)* apresenta o recrutamento militar vigente no Brasil Imperial da segunda metade do século XIX e aprofunda a pesquisa sobre as formas de recrutamento compulsório existentes no período que antecedeu à Guerra do Paraguai, com destaque para aspectos pouco conhecidos sobre o que ocorreria nas províncias de fronteira, como a de Mato Grosso.

Em *A Mobilização Militar da Província de Mato Grosso no início da Guerra com o Paraguai: notas para um debate*, Jonh Érick Augusto da Silva mostra a reação dos militares brasileiros em relação às tropas paraguaias visando assegurar a não maior invasão do território mato-grossense, com destaque para a participação dos “Voluntários Cuiabanos”, nesse que foi “um dos mais doloridos conflitos que já se teve notícia na América do Sul”.

Leonam Lauro Nunes da Silva, em *O Índio nas páginas da Revista “A Semana Ilustrada”: a Guerra com o Paraguai e o nacionalismo em discussão*, utiliza o recurso de imagens para conferir como o Estado Imperial teria se valido do componente étnico indígena para conferir legitimidade às ações bélicas e para fomentar o sentimento nacionalista. Para o referido autor, a charge permite pensar “o quão problemática foi, na prática, a construção deste nacionalismo apoiado na figura do índio.”

Em *Espionagem antecedendo a Guerra com o Paraguai*, Ruy Coelho de Barros observa com perspicácia como a espionagem e contraespionagem além-fronteiras foram utilizadas antes e durante a Guerra com o Paraguai e por parte dos governos imperial e republicano, envolvidos no conflito.

Thiago Rabelo Sales, em *A Diplomacia Imperial e a ocupação de Assunção (1869-1876)* analisa como se deu a ocupação da capital paraguaia pelas tropas aliadas, a participação dos aliados na reconstrução do Paraguai, com destaque para as assinaturas de tratados, as reações entre os países beligerantes e as tensões que marcaram as negociações no Paraguai.

A quarta parte, *Grande Guerra*, traz observações, proposições e reformulações sobre o ensino da Guerra na História mato-grossense, apresenta algumas reflexões sobre Madame Lynch, companheira de Francisco Solano Lopes e, por último, mostra o documento intitulado *Auto de Justificação de Estado de Solteiro*.

Maria do Carmo Brazil, em *O Rio Paraguai e a Guerra Grande: contribuição para o ensino de História* traz uma reflexão sobre o ensino da Guerra na história regional em defesa das reformulações das abordagens nos programas de ensino. Para a autora, “A Guerra do Paraguai, por ser uma trama cerrada na memória coletiva tem estimulado historiadores a construir verdadeiros *ricochetes* de novas interpretações e leituras.” Conclui que “há ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido de se alcançar abordagens inovadoras nos Programas oficiais de Ensino.”

Em *A cortesã Lynch e o tirano do Paraguai*, Nanci Leonzo analisa a relação amorosa entre Elisa Alicia Lynch (1835-1886) e Francisco Solano López, presidente do Paraguai de 1862 a 1870, cuja vida desperta “grande interesse” e “permanece um mistério” para estudiosos e estudiosas desse conflito.

Maria Adenir Peraro e Fernando Tadeu de Miranda Borges apresentam o documento *Auto de Justificação de Estado de Solteiro*, com o objetivo de oferecerem aos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, revelações instigantes do período pós-guerra (Brasil e Paraguai), dentre estas, o recomeço das relações entre esses dois países, pela ótica da união matrimonial.

Ao concluirmos, fica o desejo de que este livro possa servir como fonte de consulta aos pesquisadores e pesquisadoras, sem a pretensão de constituir-se em algo acabado, sobre a Guerra (Brasil e Paraguai) considerada como o maior conflito na América do Sul.

*Fernando Tadeu de Miranda Borges*³ e

*Maria Adenir Peraro*⁴

Junho de 2012

3 Doutor em História Social pela FFLCH-USP. Docente do Mestrado e Doutorado em História e do Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da UFMT.

4 Doutora em História pela UFPR. Docente do Mestrado e Doutorado em História da UFMT.

Guerra da Tríplice Aliança 23

La guerra contra la Triple Alianza y después:
continuidades y rupturas en la Iglesia paraguaya.....25

Ignácio Telesca

Indios en la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870)63

Maria de Fátima Costa

Taunay e a Guerra da Tríplice Aliança:
entre o olhar ético e estético87

Olga Maria Castrillon Mendes

Guerra do Paraguai 103

A Fábrica de Pólvora do Coxipó:
processos de construção e produção105

Ednilson Albino de Carvalho

Raça, Guerra e Civilização na Pax Positivista137

Francisco Alambert

A Guerra do Paraguai, a epidemia de varíola
e os Testamentos oitocentistas155

Maria Aparecida Borges de Barros Rocha

Guerra do Paraguai e navegação fluvial
em Vila Maria do Paraguai.....163

Maria de Lourdes Fanaia Castrillon

A História esquecida da Guerra do Paraguai:
fome, doenças e penalidades183

Maria Teresa Garritano Dourado

O serviço médico-cirúrgico,
os “Inválidos da Pátria” e o “Asilo dos Inválidos
da Pátria”: algumas esquecidas e importantes
consequências da “Guerra do Paraguai”.....215

Marcelo Augusto Moraes Gomes

Guerra com o Paraguai 241

O Batalhão 21 de Infantaria em Cuiabá
e sua atuação nos anos posteriores à Guerra
com o Paraguai – 1867 a 1889.....243

Aluisio Gonçalves de Farias

A Retirada da Laguna:
nas trilhas da memória e do turismo cultural.....267

Carlos Martins Júnior

Recrutar, disciplinar e moralizar:
os soldados na Província de
Mato Grosso (1850-1864).....289

Eula Wojciechowski

A Mobilização Militar da Província
de Mato Grosso no início da Guerra
com o Paraguai: notas para um debate.....313

Jonh Érick Augusto da Silva

O Índio nas páginas da Revista
“A Semana Ilustrada”: a Guerra
com o Paraguai e o nacionalismo em discussão.....327
Leonam Lauro Nunes da Silva

Espionagem antecedendo a Guerra com o Paraguai353
Ruy Coelho de Barros

A Diplomacia Imperial e a ocupação
de Assunção (1869-1876)367
Thiago Rabelo Sales

Grande Guerra 397

O Rio Paraguai e a Guerra Grande:
contribuição para o ensino de História399
Maria do Carmo Brazil

A cortesã Lynch e o tirano do Paraguai.....439
Nanci Leonzo

Documento 453

Auto de Justificação de Estado de Solteiro
de João Theotônio Rodrigues e
Maria Angélica da Conceição455
Maria Adenir Peraro
Fernando Tadeu de Miranda Borges

Guerra da Tríplice Aliança



La guerra contra la Triple Alianza y después: continuidades y rupturas en la Iglesia paraguaya

Ignácio Telesca¹

Tradicionalmente se considera la Guerra contra la Triple Alianza como un *turning point* en la historia del Paraguay. Sin lugar a dudas lo fue en muchos aspectos, fundamentalmente en el demográfico, en donde la población se redujo en alrededor² de un 50%. Sin embargo, desde la obra de Barbara Potthast³ la historiografía está más atenta en buscar las raíces de lo acontecido en el período posbélico en lo que ocurría en los años previos a 1864. Incluso la inestabilidad política entre 1870 y 1880 y su posterior apaciguamiento bajo el ojo conductor de Bernardino Caballero no puede ser comprendida sin tener en cuenta el modo patrimonial de los dos López, Carlos Antonio y Francisco Solano, de llevar las riendas del país entre 1842 y 1870.⁴

En lo que se refiere a la Iglesia Católica en Paraguay pueden verse aspectos similares, aunque en este caso sí la demografía afectó a la institución eclesial. Por un lado veremos que las continuidades se dan en lo que se re-

1 Docente e investigador de la Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Asunción – Paraguay

2 Cf. POTTHAST y WHIGHAM, 1999

3 Cf. POTTHAST: 1996. Esta autora plantea la hipótesis que “el comportamiento social, las estructuras familiares así como las actitudes frente a la sexualidad y a la vida en pareja sólo cambian muy lentamente [...] Los cambios demográficos solos no bastan, por muy radicales que sean.” Cita de a página 16.

4 Somos conscientes que considerar como patrimonialista al régimen de los López es motivo de disputa entre los historiadores del Paraguay, Ricardo Pavetti por ejemplo está en contra. Sin embargo, y aunque hacen falta más investigaciones al respecto, especialmente de índole económica y de elite, creemos que es la expresión más con la cual caracterizar a dicho régimen (sabiendo que toda categoría tiene sus límites). Cf. PAVETTI: 2005.

fiere a la subordinación de la institución al estado y a la permanencia de la religiosidad popular entre la población sobreviviente. Por otro lado, como ya dijimos, a causa de la guerra muchos sacerdotes morirán y serán reemplazados por curas extranjeros, en su mayoría italianos, quienes habían sido expulsados de otras diócesis.

La reorganización de la Iglesia paraguaya, 1869-1877

Después de la independencia, la Iglesia nunca tuvo en Paraguay la influencia social que tenía en otros países latinoamericanos. El Estado se arrogó para sí mismo el anterior patronato real. El Doctor Francia cerró el seminario en 1820 y cuatro años más tarde suprimió las órdenes religiosas “por ser innecesarias y sin utilidad”, confiscando sus pertenencias. Cuando Francia murió en 1840, sólo cuarenta y tres sacerdotes servían a las ochenta y tres parroquias que formaban la diócesis de Asunción, la única diócesis en Paraguay. El sucesor de Francia, Carlos Antonio López, reabrió el seminario y el Estado volvió a pagar los salarios de los sacerdotes, pero López seguía en control de la Iglesia, hasta el punto de escribir las cartas pastorales.⁵

Francisco Solano López continuó la política de su padre, y la Iglesia permanecía bajo el control del Estado. El último obispo de la sede de Asunción antes de 1870, Manuel Antonio Palacios, nombrado en enero de 1865, fue ejecutado por orden del mismo López durante la guerra en diciembre de 1868, por conspirar contra el presidente. Sin embargo, López contaba con elementos dentro de la Iglesia que estaban de su lado: dos sacerdotes, Fidel Maíz y Justo Román⁶, estaban entre el jurado que sentenció a muerte al obispo Palacios.⁷

El sacerdote capuchino italiano, Salvador María de Nápoles⁸, que era uno de los capellanes de las tropas brasileñas, caracterizaba a López – desde su

5 Cf. DURÁN: 1990, p. 43. Sobre la época de Francia y los López: Cf. COONEY: 1975; 1979; HEYN SCHUPP, 1987, 1991; NOGUES: 1988; 1958; GAONA; 1961.

6 Ambos sacerdotes siguieron a al Mariscal López hasta Cerro Corá, pero mientras que Maíz fue llevado prisionero al Brasil, Román fue degollado por las tropas brasileñas, después de caer López. Cf. GAONA, p. 24.

7 Cf. El dictamen formulado por estos sacerdotes en DURÁN: 2005, pp. 3-37 del anexo.

8 Él utilizaba la versión castellana de su nombre.

parcial punto de vista – como el “Nerón americano” a quien el pueblo y el clero obedecían, y explicaba:

El capricho del Nerón Americano era la verdadera Constitución, y so pretexto de igualdad ante la ley, militarizaba el Sacerdocio, esclavizaba la Iglesia,...

El sacerdote cargaba la espada o el fusil, vestía la camisa colorada; era en fin comisario de guerra, o fiscal de sangre en las sentencias de muerte. En el Clero, entre los Campeones no faltaron los pusilánimes y débiles, los espías y acusadores del finado Obispo, y de sus mismos hermanos!!... López tuvo el talento de destruir a la flor del Clero, que, sea dicho a su gloria, formaba la mayoría, y los mejores magistrados y hombres públicos, dejando en el suelo Nacional un puñado de hombres ignorantes (con pocas excepciones) y unos 25 clérigos de la misma ralea, con una sola excepción.⁹

En la confusa situación de 1869, algunos sacerdotes permanecieron con López hasta el final de su lucha, mientras que otros ya intentaban reorganizar la Iglesia en Asunción. El internuncio apostólico en Brasil, Monseñor Domenico Sanguigni,¹⁰ recibió una carta firmada por tres sacerdotes paraguayos – Policarpo Páez, Claudio Arrúa, y Cecilio Román – en Asunción el 2 de abril de 1869, pidiéndole que nombre a alguien para tomar la responsabilidad.¹¹ El internuncio ya sabía desde enero acerca del fusilamiento del obispo Palacios por López.¹²

La cabeza de facto de la Iglesia en Asunción era Fidelis de Avola, uno de los seis sacerdotes capuchinos italianos que sirvieron como capellanes en el ejército brasileño. Desgraciadamente para la Iglesia paraguaya, estos extranjeros eran los únicos correspondientes del internuncio, o, al menos, los únicos a quienes él creía. Cuando los sacerdotes paraguayos comenzaron a volver a la ciudad, éstos eran enviados junto a Avola por el ministro brasile-

9 Archivo Segreto Vaticano (ASV), Affari Ecclesiastici Straordinari (AAEESS), Paraguay, fascículo 135, Nápoles a Marini, Nápoles, 19 de julio 1875, f. 79.

10 Fue internuncio desde 1863 hasta el 30 de enero de 1874. Hasta el arribo de monseñor Di Pietro, el delegado pontificio en Brasil tenía jurisdicción sobre el Paraguay.

11 ASV, Archivio Nunciatura in Brasile (ANB), fascículo 293, ff. 19-20, a Sanguigni, Asunción, 2 abril 1869.

12 El proceso de ejecución y su desarrollo en el Vaticano está excelentemente tratado en MELIÀ: 1983.

ño en Paraguay para que obtuviesen las facultades necesarias para realizar su ministerio. El internuncio utilizaba a los frailes capuchinos no sólo para informarse acerca del Paraguay, sino también para juntar sugerencias sobre los posibles candidatos para la sede de Asunción. Tanto Avola como de Nápoles tenían en baja estima al clero paraguayo afirmando que ninguno de sus miembros era digno de ser nombrado obispo. Nápoles le comentó a Sanguigni que “aunque ellos [los sacerdotes paraguayos] eran razonablemente decentes, carecían de sano juicio y de la inteligencia necesaria para gobernar la Iglesia en estos tiempos espinosos”. Propuso además que uno de los capellanes del ejército brasileño fuera nombrado obispo de manera interina.¹³

Desde Roma querían que Sanguigni nombrara a un paraguayo como vicario apostólico, y sugirió algunos posibles candidatos: Fidel Maíz, Vicente Moreno, Cecilio Román, Manuel Antonio Corvalán, Pedro León Caballero y José Teodoro Escobar (aunque estos dos últimos ya estaban muertos). Sin embargo hay que añadir que el internuncio estaba también bajo la presión del gobierno brasileño para que no nombrara a ningún paraguayo como vicario, ni delegara el asunto al arzobispo de Buenos Aires (desde 1865 la diócesis de Paraguay había pasado a ser sufragánea de la de Buenos Aires). Por su parte, el arzobispo de Buenos Aires sostenía que el nuevo obispo debería ser un delegado papal. Finalmente, el papa Pío IX decidió dejar la cuestión enteramente al internuncio en Río de Janeiro. Sanguigni designó a Avola como vicario apostólico foráneo,¹⁴ designación que fue aprobada por el gobierno provisional paraguayo en diciembre de 1869. Un mes más tarde, Avola tomó posesión de la sede.

En abril de 1870 Avola contaba sólo con diecisiete sacerdotes, todos ellos paraguayos, para poder enviar a las diferentes parroquias. Estos sacerdotes tenían que cubrir todo el país, por lo que casi todos ellos estaban a cargo de todo un departamento: “[...] Barrero Grande y su departamento, Vicente Moreno; Villa Rica y su departamento, Miguel de Dios Pinto; [...]”¹⁵

13 Citado por MELIÀ, 1983, p. 34, a quien seguimos para el desarrollo este período 1869-70.

14 Normalmente, el Vicario Apostólico Foráneo era designado por el obispo como su representante en un grupo de parroquias. En este caso, Avola era un representante del internuncio con algunos poderes episcopales, tales como conferir la confirmación.

15 ASV, ANB, fascículo 293, f. 40, Avola a Sanguigni, Asunción, 21 abril 1870. Sin embargo, es importante no perder de vista que los nombramientos eran hechos por el Estado, como queda constancia en el Registro Oficial (R.O.); el mes de septiembre de 1869 fue un mes de reorganización parroquial

En sus inicios, el clero paraguayo aceptó silenciosamente la autoridad de Avola: el padre Duarte, quien luego se convertiría en su feroz opositor, le envió a este último una carta alabando de esta forma:

[...] sus virtudes, su celo paternal, y su alta influencia servirá de mucho a la Iglesia del Paraguay para recobrar su antiguo esplendor y sus legítimos derechos de que fue despojada por los déspotas que han gobernado esta República.¹⁶

Tanto el clero como el pueblo estaban exhaustos por la guerra. La totalidad de los sacerdotes se habían unido en la lucha contra la Triple Alianza, no así la mayoría de la clase política asunceña que había estado en el lado vencedor. Es materia de especulación si la gente estaba consciente o no de esta distinción; pero en las elecciones de 1870 para formar la asamblea constituyente, encargada de redactar la nueva constitución, siete sacerdotes fueron elegidos: Claudio Arrúa (por Luque), Pedro Juan Aponte (por Ihacangua), J del C. Arzamendia (por Altos), Miguel Pintos (por Villarrica), Policarpo Páez (por Pilar), Jerónimo Ortiz (por Carapeguá), y José Ignacio Acosta (por Lambaré). Los cinco primeros pertenecían al Gran Club del Pueblo y los dos últimos al Club del Pueblo.¹⁷

En el ya citado reporte de Nápoles, se deja igualmente clara la dependencia de la Iglesia en el apoyo brasileño:

La ocupación brasileña fue al principio más bien una medida prudente y acertada, porque dio lugar a nosotros, encargados por la Nunciatura

para el Estado: el 4 se nombra capellán de la parroquia del departamento de Tobatí, al presbítero Don Miguel de Dios Pintos; el 17, capellán de la parroquia de Itapé, al presbítero Don Pedro Aponte; el 18, capellán de las parroquias Recoleta y Trinidad, al presbítero don Tomás Castelvi; capellán de la parroquia de san Roque, al presbítero don Claudio Arrúa; capellán de la parroquia de la Catedral, al presbítero don Policarpo Páez; el 22, capellán de la parroquia de la Villa Concepción y su departamento, al presbítero Cecilio Román; capellán de la parroquia de Barrero Grande, Caraguatay y Piribebuy, al ciudadano Manuel Vicente Moreno; el 23, capellán de las parroquias de Luque, Areguá y Limpio al presbítero don Claudio Arrúa; el 24, capellán para la parroquia de la Villa del Pilar, al presbítero don Isidro Insaurrealde; el 25, capellán de la parroquia de la recoleta al presbítero don Pedro Pablo Benítez; el 27, capellán de las parroquias de Yaguarón, Itá y Paraguarí al presbítero don José María Velásquez; el 28, capellán de la parroquia de la Encarnación al presbítero don Jerónimo Becchis. Cf. RO, tomo I.

16 Archivo Arquidiocesano de Asunción (AAA), carpeta Avola, Duarte a Avola, Asunción, 22 enero, 1870.

17 Cf. DECOUD, 1934.

Apostólica para establecer la regular administración de los SS. Sacramentos, y la disciplina Eclesiástica, para congregar todo lo desparramado, y ordenar aquel caos insondable. Y en verdad, no sin sacrificios y fatigas increíbles, en poco tiempo se restablecieron, según los Cánones, más de 50 Parroquias (de las 103 que tenía la Diócesis) se abrió un Seminario para Eclesiásticos, y un Colegio nacional en grandes proporciones.¹⁸

A pesar de estos esfuerzos, ni el seminario ni el colegio duraron más de un año; y los extranjeros comenzaron a ser resentidos por el clero paraguayo.

El padre Fidel Maíz, quien había servido como uno de los fiscales en los “tribunales de sangre” en donde fue ejecutado el obispo Palacios, volvió al Paraguay desde el Brasil el 5 de diciembre de 1870, habiendo justificado sus acciones bajo el comando de López ante el internuncio. Él era reconocido tanto por amigos y enemigos, como el mejor educado entre el clero paraguayo, “el único sacerdote competente” decía Nápoles en su informe.¹⁹

Avola y Maíz chocaron desde un inicio. El vicario foráneo no podía permitirle a Maíz volver al Paraguay como si nada hubiese pasado; Maíz había estado envuelto en la misma ejecución del anterior obispo. Sin embargo, Avola, como vicario foráneo, carecía de la autoridad para resolver dicha cuestión, aunque, yendo más allá de sus poderes, él trató de suspender a Maíz a divinis.

De hecho, el 26 de diciembre el padre Fortunato José de Sousa, capellán también de las fuerzas imperiales y secretario de Avola, le escribe un nota en donde le comunica a Maíz que “estando acusado de hechos que acarrear graves censuras eclesiásticas ha de abstenerse de celebrar todo y cualquier acto del ministerio sagrado hasta ulterior resolución”. De más está decir que el padre Maíz no se quedó atrás y al día siguiente contestó con otra carta en donde manifestaba que hasta que no se le realice un juicio él seguirá ejerciendo su ministerio.²⁰

Avola temía la influencia de Maíz sobre el resto del clero, y con buena razón: el padre Ignacio Duarte, cura párroco de la Iglesia de San Roque en Asunción, invitó a Maíz a predicar en su parroquia el 12 de febrero de 1871.

18 SV, AAEESS, fascículo 135, Nápoles a Marini, Nápoles, 19 julio 1875, f. 79-80.

19 *Ibíd.*, f. 82. Fidel Maíz en su *Etapas de mi vida* narra estos años a partir de la página 75.

20 MAÍZ, *ídem*.

Esto era en clara oposición a Avola, quien en el mes anterior había enviado una circular a los curas párrocos informándoles que el padre Maíz estaba suspendido. Este asunto generó un debate considerable en los periódicos de Asunción, y Avola comenzó a sentir claramente la oposición del clero nativo, quien trataba de forzar al gobierno para que se retracte del nombramiento de Avola. Su argumento era que el artículo 3º de la nueva Constitución Nacional establecía que: “la religión del Estado es la Católica, Apostólica, Romana, debiendo ser paraguayo el jefe de la Iglesia; sin embargo, el Congreso no podrá prohibir el libre ejercicio de cualquiera otra en todo el territorio de la república”,²¹ mientras que el artículo 102, refiriéndose a los poderes del presidente, establecía que éste “ejerce los derechos del Patronato Nacional de la República en la presentación de Obispos para la Diócesis de la Nación, a propuesta interna del Senado, de acuerdo con el Senado Eclesiástico, o en su defecto, del Clero Nacional reunido.”²²

El presidente Cirilo Rivarola trató de revocar el exequátur de Avola, pero este último desconocía la medida de Rivarola hasta que el Vaticano nombrase a su sucesor.²³ De hecho, Rivarola le retiró el exequátur el 10 de febrero de 1871 y para elegir a un nuevo Jefe de la Iglesia entre los miembros del clero nacional, el 21 de dicho mes convocó “a todo el clero nacional para una reunión que tendrá lugar el día 30 del próximo mes entrante... con el fin de proponer una terna para el objeto indicado.”²⁴

Finalmente, el clero nacional se reunió en abril de 1871 y envió al gobierno una lista con tres candidatos para el obispado: Manuel Vicente Moreno,²⁵ Feliciano Eliseche²⁶ y Blas Ignacio Duarte. El decreto presidencial lo deja claro:

21 DECOUD, 1934, comenta que el artículo fue objeto de una larga discusión en donde los presbíteros presentes se opusieron a la redacción del artículo, pero éste fue sancionado por una mayoría de 28 votos contra 17 (Cf. p. 245-246). Avola había sido nombrado antes de la redacción de la Constitución.

22 DECOUD, 1934, aclara que en vez de “interna” debería leerse en terna, como de hecho fue la propuesta de Cayo Miltos. Este inciso fue aprobado por unanimidad, es decir que todos los sacerdotes presentes se adhirieron a la propuesta; p. 292-293 Cf. MAÍZ, 1996, p. 81-88.

23 Incluso el Internuncio Sanguigni le escribía a Avola desde Río de Janeiro dándole autorización para confirmar y para dispensar de impedimentos en 10 casos de primer grado, además de afirmarle que su celo, dedicación, empeño por la causa de la religión es merecedor de todo elogio, y apruebo sin reservas sus actos. ASV, ANB, fascículo 297, Sanguigni a Avola, Río de Janeiro, 21 octubre 1871.

24 R.O., tomo I, p. 171.

25 Manuel Vicente Moreno había sido ordenado sacerdote en 1849.

26 Al año siguiente, el padre Eliseche fue nombrado director del Colegio Nacional de la Asunción, 23 de septiembre de 1872, R.O., tomo I, p. 360. El apellido Eliseche en otras ocasiones se lo encuentra con ‘z’, Elizeche, lo mismo ocurre con otros apellidos.